



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado
do Rio Grande do Sul
Brasil

Siedenberg Rugard, Dieter

Desenvolvimento: ambigüidades de um conceito difuso

Desenvolvimento em Questão, vol. 2, núm. 3, janeiro-junho, 2004, pp. 9-26

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

Ijuí, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75220302>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Desenvolvimento

ambigüidades de um conceito difuso

Dieter Rugard Siedenberg¹

Resumo

Durante as últimas cinco décadas o termo *desenvolvimento* ocupou um lugar de destaque nas Ciências Sociais e Econômicas, na discussão política, na mídia e nas políticas públicas. Apesar disso, nunca houve unanimidade em torno deste conceito e, principalmente, em torno das formas pelas quais o desenvolvimento pode ou deve ser fomentado. Este artigo busca explicitar, mediante uma abordagem epistêmico-sistemática, diferentes nuances, elementos e aspectos relacionados ao conceito de desenvolvimento, tomando como referência as categorias e terminologias que a Biologia explicita em relação aos processos de mudança. A observação de distinções, relações e mecanismos que ocorrem na dimensão biótica podem contribuir significativamente na definição e na dinâmica de processos de mudanças sociais e econômicas.

Palavras-chave: processos de mudança, desenvolvimento, crescimento, evolução.

Abstract

During the last five decades the concept development has occupied a central place in the Social Sciences, in Economical Sciences, in political circles, in the mass communication media as a whole as well as in the establishment of public policies. However, development is a questionable concept mainly what concerns how it could and should be promoted. This article intends to clarify the different elements and aspects related to the concept development employing an epistemic/systematic approach. It takes as reference the categories and terminology Biology employs concerning the processes of change. The observation of distinctions, relations and mechanisms which take place in the biotic dimension, may bring a significant contribution to the definition and dynamics of changing of social and economical processes.

Keywords: processes of change, development, growth, evolution.

¹ Doutor, professor no Mestrado em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania, da Unijui. dieter@unijui.tche.br

Introdução

Este artigo tem por objetivo resgatar de forma sucinta a trajetória de um conceito-chave em diversas áreas das Ciências Humanas e sociais, que é o conceito de desenvolvimento. Há um certo consenso entre os pesquisadores destas áreas em fixar a década de 50 como o período no qual esse conceito se consolidou, sobretudo nas discussões acadêmicas. Foi a partir dessa década que a aplicação do conceito em estratégias e políticas de desenvolvimento contribuiu, por um lado, para a integração das áreas do conhecimento; mas, por outro lado, também é verdade que a implementação e a avaliação de tais estratégias colaborou para o surgimento de posições ideológicas antagônicas sobre o assunto.

Mesmo nos projetos recentes de desenvolvimento socioeconômico regional se evidencia que a concordância tácita sobre a complexidade de tais processos persiste, assim como também permanece a discordância explícita sobre as formas de implementação e condução das políticas de desenvolvimento.

O que se observa, todavia, no contexto dos projetos de desenvolvimento implementados nas últimas décadas, é que a primazia de fatores essencialmente econômicos sobre os demais fatores (sociais e ambientais, por exemplo) vem perdendo fôlego. No mundo acadêmico a proliferação de estudos que apontam e esmiuçam as mais diferentes nuances do desenvolvimento praticamente inviabilizam uma visão geral do problema, a ponto de Sachs referir-se ao conceito da seguinte forma:

Entrementes desenvolvimento tornou-se uma palavra amorfa, semelhante a uma ameba. O termo não significa nada, porque seus contornos se esvaem... Quem utiliza este termo não identifica absolutamente nada, mas preserva para si todas as boas intenções deste mundo. Apesar de não ter conteúdo, o termo tem uma função: em nome de um objetivo superior (a utilização do conceito) consagra

toda e qualquer proposta ao direito de ser consumada. Desenvolvimento é um termo tão vazio quanto um mero *plus* (apud Nuscheler 1995, p. 178 – tradução e grifos do autor).

Assim, não é de admirar que Boisier, ao se referir aos processos de desenvolvimento local, pergunte de forma lapidar: “de qué estamos hablando?” (2000). Já Sen arrisca vincular o conceito ao processo de expansão das diferentes dimensões de liberdade que as pessoas desfrutam (2000). Outros optam por adjetivar o conceito (desenvolvimento sustentável, por exemplo), imaginando estar definindo o termo com maior precisão com esse recurso. O que se observa, porém, é que todas essas abordagens e junções gramaticais não são suficientes para auxiliar na explicitação definitiva do termo. Desenvolvimento continua sendo um conceito ambíguo, difuso, ou seja, um conceito cujos contornos não estão nitidamente definidos.

Este artigo busca, portanto, analisar com maior precisão os elementos constituintes do conceito de desenvolvimento, tomando como referência as categorias e terminologias que a Biologia explicita em relação aos processos de mudança, que é o caso do conceito em questão. E mais, parte-se do pressuposto de que a observação de distinções, relações e mecanismos que ocorrem na dimensão biótica pode contribuir, decisivamente, para uma maior precisão conceitual, bem como influir na dinâmica e nos resultados de processos de mudanças sociais e econômicas.

A trajetória do conceito

Da Antiguidade até o limiar da Idade Moderna o conceito de desenvolvimento esteve circunscrito num forte cunho antropológico e teológico: durante a maior parte deste período o conceito traduzia um processo de revelação gradual, semelhante ao broto de uma flor que desabrocha aos poucos, o desenrolar de algo envolto, algo presente, mas ainda encoberto (Caiden; Caravantes, 1985).

A partir de Leibnitz², em meados do século XVII, os conceitos *evolutio* e *développement* passaram a receber um significado de direção e foram associados a uma espécie de mudanças sequenciais que ocorrem em estágios pré-definidos e inevitáveis.

No contexto das filosofias progressistas dos séculos XVIII e XIX o conceito foi associado com uma concepção otimista, de que indivíduos e sociedades fossem capazes de moldar, pelas próprias forças, um novo mundo, cada vez melhor: mediante a observação meticulosa deveria ser possível identificar e classificar as diversas fases de diferentes processos de desenvolvimento. E, além disso, consolidava-se a concepção de que por meio da especulação, da experimentação e do raciocínio também poderiam ser desvendadas as forças universais atuantes, ou seja, o mundo se constituía num imenso laboratório! A descoberta de relações de causa e efeito, por acaso ou com o uso de métodos científicos, foi utilizada com vantagens para melhorar a qualidade de vida da humanidade. Assim, aos poucos desenvolvimento passou a significar também movimento, processo, mudança e libertação.

Mais recentemente as doutrinas que embasaram o imperialismo deram ao conceito de desenvolvimento mais um significado: o de transição, na qual as chamadas “sociedades tradicionais” foram sendo “ocidentalizadas” pela imposição inescrupulosa de valores e modelos culturais, econômicos e políticos, com os quais se buscava o progresso e a modernização.

Este “processo de ocidentalização do mundo” (Latouche, 1994), nitidamente perceptível até por volta de 1950, colocou sociedades tradicionais e países menos desenvolvidos que as emergentes economias urbano-industriais diante de um enorme dilema: buscavam o ajustamento aos conceitos, parâmetros e modelos ocidentais de desenvolvimento,

² Gottfried Wilhelm Leibnitz, nascido em Leipzig em 1º de julho de 1646, trouxe significativas contribuições no campo da Filosofia e Matemática na história da humanidade.

ou mantinham-se atrelados às tradições, culturas e costumes milenares, ignorando as idéias ocidentais, a tecnologia e o progresso. Nos últimos 50-60 anos a maior parte dos países acabou se enquadrando com maior ou menor ênfase entre estes dois extremos, representados de um lado por Japão e Turquia, economias que abraçaram a ocidentalização, e de outro lado por Albânia, Iêmen e Tibet, países que se fecharam completamente em si mesmos (Caiden; Caravantes, 1985).

Para além dos diferentes significados e ênfases do conceito no decorrer da história, o desenvolvimento da humanidade pode ser constatado de forma incontestável nos inúmeros e enormes avanços sociais, econômicos, políticos e técnicos que diferenciam as sociedades primitivas das pós-modernas e que continuam ocorrendo com velocidade e abrangência cada vez maior. É necessário reconhecer, contudo, que o conceito de desenvolvimento, considerado aqui, sobretudo, em sua dimensão socioeconômica ocidental capitalista, tem “data de nascimento”: há um certo consenso entre pesquisadores e cientistas sociais de que o discurso de posse de Harry Spencer Truman, ao assumir seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos da América, proferido no dia 20 de janeiro de 1949, instaurou as bases de um novo paradigma mundial.

Em seu discurso Truman configurou, indiretamente, a maior parte do mundo como “subdesenvolvida”, ao anunciar um pacote de ajuda técnica, administrativa, econômica e militar dos EUA. para os países menos desenvolvidos da África, Ásia e América Latina. Esse programa de governo também ficou conhecido como “Programa Ponto 4”, por se tratar do quarto ponto (ou tópico) do referido discurso (Donovan 1977; 1982).

Segundo Furtado (1983), o “mito do desenvolvimento” que levou os países mais pobres a buscar ininterruptamente alcançar um nível de vida similar ao dos países mais ricos e ditos *desenvolvidos*, difundiu-se acentuadamente após a II Guerra Mundial. O chamado Plano Marshall, concebido durante a primeira gestão de Truman na Presidência dos EUA

(1945-48) e que previa diversas formas de auxílio para a reconstrução e o desenvolvimento da Europa Ocidental (Kirkendall, 1989) foi um precursor e balizador deste paradigma.

Enfim, não há como negar que é basicamente a partir desse período que a implementação de políticas e estratégias de desenvolvimento, bem como as discussões teóricas em torno do desenvolvimento socioeconômico de países e regiões assumiram um lugar de destaque na academia, nos meios políticos e na mídia.

Apesar de dispormos de algumas contribuições teóricas importantes sobre aspectos ligados de alguma forma ao desenvolvimento de países e sociedades³, a exemplo das reflexões de economistas e cientistas sociais clássicos como Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx, surgidas antes de 1950, é indubitavelmente a partir dessa década que o termo encontra e ocupa lugar de destaque nas Ciências Sociais aplicadas, contribuindo tanto para a integração de áreas do conhecimento (fomentando a interdisciplinaridade) quanto para a desagregação de posições ideológicas.

A maior parte das discussões contemporâneas em torno do conceito de desenvolvimento, pode ser comparada a um “chover no molhado”, tal a profusão de estudos, artigos, publicações, ensaios, teses, teorias, posições, enfoques, enfim, de abordagens já existentes sobre o assunto. No meio acadêmico os debates sobre este conceito atingiram proporções que praticamente inviabilizam gerações mais jovens de acompanhar na íntegra as reflexões havidas nas últimas décadas (Menzel, 1995)

³ No período compreendido entre a publicação da célebre obra de Adam Smith (*An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*), em 1776, que coincidiu com os primórdios da Primeira Revolução Industrial, até meados do século XX, quando a ordem econômica mundial havia sido restabelecida após a Segunda Guerra Mundial, as principais questões discutidas no contexto socioeconômico abordavam aspectos específicos daquilo que hoje se concebe como desenvolvimento, como: classes sociais, divisão do trabalho, salário, renda, meios de produção, riqueza, mais-valia, mercados, preços, capital, lucros, excedentes, acumulação, função do Estado, concorrência, crédito, investimentos, oferta e demanda, entre outros.

e entender na essência posições arduamente defendidas e mutuamente atacadas pelas diferentes linhas ideológicas (Goussault; Guichauoua, 1993; Nohlen; Nuscheler, 1993).

Do ponto de vista histórico e semântico, o conceito de desenvolvimento já sofreu diversas metamorfoses e tudo indica que essa capacidade de transformação e de adaptação aos diferentes enfoques é uma de suas principais características, responsável pela sua vitalidade e longevidade como um conceito-chave, ao lado do qual já se perfilaram os mais diferentes adjetivos.

Do ponto de vista epistêmico-sistemático, a discussão não avançou na mesma proporção, mas é perceptível que a partir de meados da década de 70, o substantivo *desenvolvimento* começou a ser associado com maior frequência a adjetivos como *humano*, *social*, *eco-* e *sustentável* (Brasseul, 1989; Sachs, 1986; Brundland 1987; Coy; Kohlhepp, 1998), reconfigurando mais uma vez o conceito e estabelecendo relações até então ignoradas, como a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, desenvolvimento e a governança global, ou ainda, desenvolvimento e os modelos de médio alcance. Em função disso, o termo voltou a ocupar um lugar de destaque nas políticas públicas, na academia, na mídia e em projetos de diferentes grupos e organizações.

Apesar de todo esse destaque, a ubiquidade e a ambigüidade das discussões parecem, muitas vezes, estar em correlação direta: *desenvolvimento* é um termo utilizado nos mais diferentes contextos, sem maiores preocupações aparentes quanto à exatidão de sua concepção. O uso abusivo e indiscriminado deste conceito tão relevante é, aparentemente, um fenômeno universal. Não há como negar, desenvolvimento é um termo com muito apelo, mas o curioso é que a palavra é usada com maior intensidade exatamente onde propicia maior confusão: muitas vezes o termo é utilizado explicitamente como uma palavra-chave, para dar uma certa consistência e peso a comunicados oficiais, notícias ou trabalhos acadêmicos, sem que lhe seja atribuída uma relação indiscutível. Ou

seja, *desenvolvimento* parece ser um termo genérico que todos subentendem automaticamente, sem que lhe sejam atribuídas dimensões conceituais básicas!

Evidentemente esta imprecisão conceitual é, sob alguns aspectos, vantajosa, sobretudo nos meios políticos: não se definem relações concretas, o espaço para as mais diferentes interpretações fica garantido e as justificativas para qualquer resultado não podem ser refutadas. Aparentemente, quando se fala em desenvolvimento, viceja vigoroso um duplo faz-de-conta: enquanto alguns agem em prol do mesmo, outros crêem que algo está sendo feito, sem que as dimensões essenciais do conceito tenham sido devidamente explicitadas. Uma condição essencial para um entendimento não litigioso entre integrantes de uma sociedade, contudo, é a utilização de conceitos que diferenciam claramente as dimensões e intenções abrangidas daquelas não abrangidas pelos conceitos, políticas e estratégias em questão.

Em suma, quando se trata do termo *desenvolvimento*, duas características básicas de qualquer conceito – clareza e precisão – parecem estar em contradição direta com a intensidade e a freqüência de seu uso. Ou ainda, em outras palavras, a intensidade e a freqüência do uso deste conceito não devem nem podem ser consideradas como uma prova irrefutável de sua utilidade. O desgaste em torno deste conceito-chave é tal que alguns crêem que é chegada a hora de “escrever seu obituário” (Sachs, 2000, p. 11).

Por fim, devemos considerar que em torno do conceito de desenvolvimento socioeconômico estabeleceu-se, tanto na retórica política quanto na idiomática jurídica, bem como em muitos discursos acadêmicos e na terminologia oficial, uma forte tendência natural para indicar um contexto relativamente impreciso, aproximado, indefinido, ambíguo, que permite as mais diversas interpretações.

Processos de mudança: uma abordagem epistêmico-sistemática⁴

Inicialmente cabe lembrar que o termo *desenvolvimento* é originário de um conjunto de conceitos largamente utilizados na Biologia. Ali os termos *desenvolvimento*, *crescimento* e *evolução* são integrantes de uma família de conceitos em que cada um deles explicita processos de mudança perfeitamente distintos entre si. Essas diferenciações dizem respeito:

- a) às características da mudança, que pode ser de ordem quantitativa (número, tamanho, abrangência) ou de ordem qualitativa (tipo, composição, estado);
- b) aos seres ou objetos submetidos a tais mudanças, que dizem respeito tanto a indivíduos quanto a populações ou coletividades;
- c) às formas como estas mudanças se processam, de que ocorrem exclusivamente mediante determinadas combinações objetos/aspectos.

A observação das diferenças, variações e mecanismos existentes entre os processos de mudança mencionados (crescimento, desenvolvimento e evolução) e comumente observáveis no âmbito do mundo biótico, propicia uma maior clareza conceitual, ou seja, ali as diversas fases e as características da mudança estão catalogadas em níveis e ramificações específicas, de tal forma que todas as fases e todos os processos podem ser sistemática e conceitualmente explicitados (ver Figura 1).

Tomando por base a direção geral de processos de mudança que se enquadram na acepção mais genérica daquilo que se entende por desenvolvimento, podemos excluir de antemão os processos de deterioração, diminuição, redução ou regressão, isto é, processos de mudança com conotação negativa, de involução, retrocesso ou decadência.

⁴ Como o próprio subtítulo indica, não se pretende apresentar aqui simplesmente (mais) um conceito para o termo desenvolvimento; o objetivo é fazer uma abordagem integrada, analisando subjetivamente a natureza, as etapas e os limites do conceito num contexto sistêmico, baseada no modelo proposto por Heidemann (1993) e explicitada posteriormente em Siedenberg (2001).

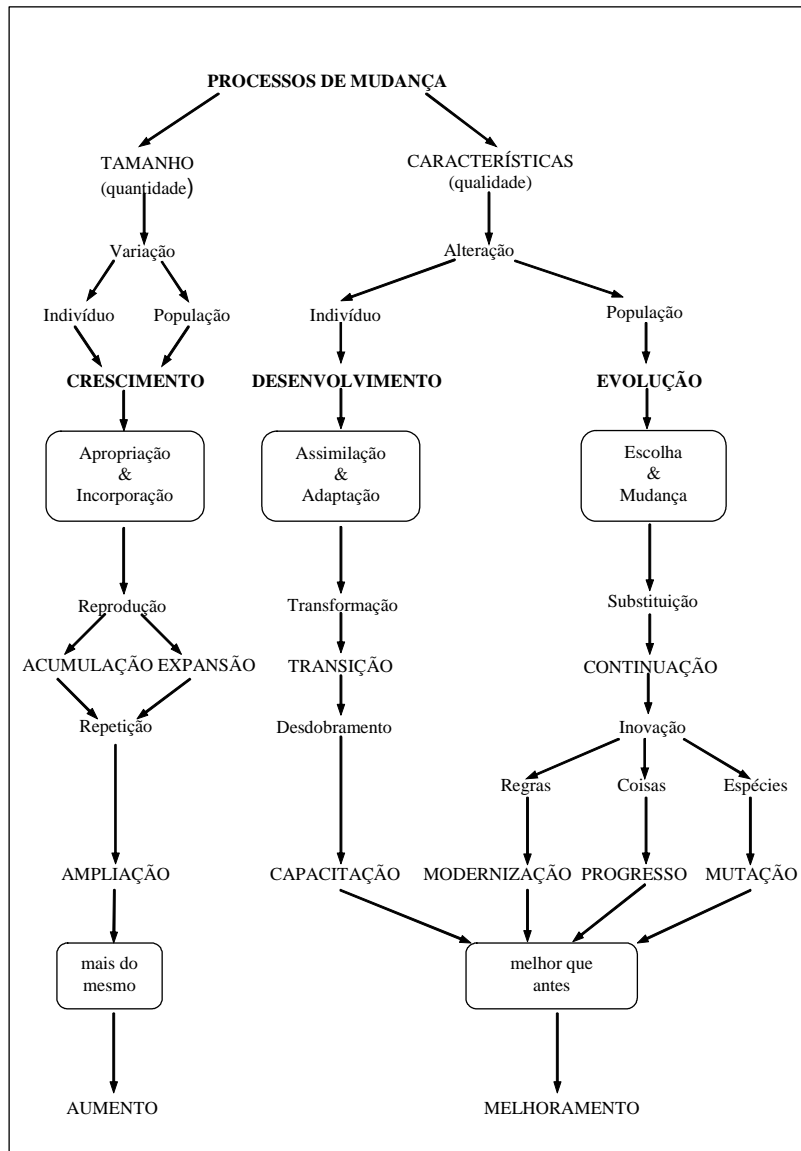
Assim, num primeiro nível da classificação conceitual podemos distinguir de forma inequívoca entre processos que dizem respeito ao *tamanho* da mudança (significando uma variação quantitativa) e aqueles que dizem respeito às *características* da mudança (significando uma alteração qualitativa). Se considerarmos que indivíduos e populações ou coletividades estão sujeitos tanto a variações quantitativas quanto a alterações qualitativas, teremos, num segundo nível da classificação, uma subdivisão conceitual nitidamente distinguível entre *crescimento*, *desenvolvimento* e *evolução*.

Ao analisarmos a ramificação quantitativa dos processos de mudança, vamos constatar que tanto indivíduos quanto populações estão sujeitos ao *crescimento*, embora os mecanismos pelos quais se dá esse processo sejam de natureza diferenciada: indivíduos crescem pela apropriação de matéria de seu meio formando células, tecidos e órgãos, enquanto que populações crescem pela incorporação de indivíduos, compondo grupos ou coletividades maiores. Para que haja crescimento (dimensão quantitativa), portanto, é absolutamente necessário que os mecanismos individuais de apropriação e coletivos de incorporação sejam acionados.

Nos dois casos de crescimento (de indivíduos e de populações) prevalece o princípio de que a reprodução dos mecanismos de apropriação e incorporação gera, respectivamente, a acumulação ou a expansão de elementos pré-existentes. Mediante a repetição contínua destes mecanismos surge a ampliação (quantitativa, física) daquilo que já existe, ou seja, *mais do mesmo*, no contexto de uma equação ou jogo de resultado zero com o meio.

Diferentemente do que ocorre com processos de mudança que se enquadram nos moldes da variação quantitativa, nos processos de mudança qualitativos a diferenciação entre indivíduos e populações é de fundamental importância pelos motivos expostos a seguir.

Figura 1: O conceito de desenvolvimento num contexto epistêmico-sistemático



Fonte: Heidemann, 1993, p. 6 (traduzido e adaptado).

Para os indivíduos de uma mesma espécie valem, sob condições normais, limites relativamente uniformes quanto ao intervalo de tempo entre o seu nascimento e a sua morte, uma vez que o seu ciclo de vida segue uma trajetória típica para a espécie. Populações, em contrapartida, não estão necessariamente sujeitas a este determinante natural: seu surgimento e seu desaparecimento são um resultado decorrente de diferentes inter-relações, isto é, o surgimento e o desaparecimento de populações não resulta nem se explica pela leitura de um aspecto específico (como o nascimento, a evolução ou a morte) de um único componente. Em função disso também não há um limite uniforme para o intervalo de tempo relativo à existência de populações: enquanto novos componentes substituírem aqueles que vão sendo descartados, está garantida a existência de populações, mesmo que a dimensão e a estrutura de suas faixas etárias variem no decorrer do tempo. Diante do exposto, pode-se afirmar que as alterações qualitativas são de natureza diferenciada em indivíduos e populações.

A partir dessa constatação convencionou-se denominar como *desenvolvimento* a mudança da capacidade individual no decorrer de sua própria biografia, ou seja, o desenvolvimento é consequência natural da aplicação de um mecanismo de assimilação e adaptação de habilidades individuais pré-existentes às necessidades postas; uma espécie de *upgrade* de habilidades. Normalmente estas mudanças individuais ocorrem em etapas referenciadas de transições, de acordo com fases típicas de cada espécie (por exemplo: ovo > larva > pupa > imago; ou também: infância > puberdade > adolescência > fase adulta > velhice) e correspondem a um desdobramento de habilidades no sentido de o indivíduo conseguir fazer frente às situações adversas de cada fase.

Cabe ressaltar que o mecanismo da assimilação e adaptação não se restringe a processos na esfera somática (relativos ao organismo); ele também se aplica às experiências abstratas vividas pelo indivíduo. É necessário considerar que além destes aspectos, este mecanismo tam-

bém propicia ao indivíduo posicionar-se perante situações que não foram vivenciadas em sua própria biografia, bem como tomar decisões baseadas em suposições que não são fruto de suas próprias experiências. Neste sentido, o desenvolvimento significa o desdobramento de habilidades já existentes, que capacitam o indivíduo a atuar com uma variedade de requisitos de forma sustentável num contexto que para ele é obscuro, difuso, inconstante ou adverso.

É importante destacar também uma diferença entre o desenvolvimento somático (relativo ao corpo) e o cognitivo (relativo ao conhecimento). Enquanto o ramo somático do desenvolvimento individual conduz a um conjunto normativo típico da espécie em relação à estrutura corporal, antes que se instale um processo de envelhecimento, o ramo cognitivo do desenvolvimento individual é muito mais influenciável por demandas e ingerências contextuais, que não envelhece, mas que pode se tornar obsoleto.

Já a *evolução*, entendida no contexto de mudanças qualitativas que envolvem populações ou coletividades, baseia-se fundamentalmente em mecanismos de escolha e mudança, ou seja, na substituição de elementos precursores por elementos sucessores no decorrer de gerações. Trata-se de um processo contínuo, no qual inovações não acontecem exclusivamente no decorrer de biografias individuais, mas marcam as mudanças nas características próprias de populações, em que a faculdade ou capacidade de uma nova geração diverge das faculdades e capacidades observadas em gerações anteriores. Nas populações bióticas esse processo leva, no decorrer do tempo, à mutação das espécies, sobretudo quando tais mudanças, melhorias ou qualificações são incorporadas pelas novas gerações.

Ao considerar as inovações ou mudanças qualitativas de coletividades que ocorrem nas dimensões extra-somáticas, observa-se o surgimento de novas regras (processos, instâncias) ou de novas coisas (ferramentas, equipamentos). Assim, no aparecimento de novas regras e

coisas transparece o princípio de que inovações são introduzidas como decorrência do envelhecimento e desgaste de modelos existentes, em cujos substitutos se manifestam as mudanças na forma de modernização organizacional ou progresso técnico, respectivamente.

Além disso, devemos considerar que o *desenvolvimento* e a *evolução* se diferenciam também nos seguintes aspectos: a) na mutação das espécies, o progresso técnico e a modernização organizacional podem ser consideradas como “respostas” do meio às “perguntas” (ou demandas) de uma população, enquanto que a capacitação individual deve ser considerada como uma “resposta” do indivíduo às “perguntas” (ou desafios) do meio; b) na mutação, o progresso e a modernização (enquanto processos coletivos) muitas vezes sacrificam temporariamente sua própria robustez para fazer frente a um amplo espectro de adversidades, ao passo que a capacitação (enquanto processo individual) normalmente torna o indivíduo mais forte quando tem sucesso na adversidade, e, c) enquanto o desenvolvimento individual segue um esquema típico da espécie e tem resultados perfeitamente previsíveis, na maior parte dos processos evolutivos não é possível identificar com grande precisão esquemas e processos de mudança pré-concebidos.

Considerações finais

Na Biologia o objetivo da diferenciação entre crescimento, desenvolvimento e evolução refere-se, em boa parte, à explicitação de diferentes mecanismos de apropriação e incorporação, de assimilação e adaptação e de escolha e mudança, respectivamente. Isto significa também que a ocorrência de um processo de mudança específico (crescimento, desenvolvimento ou evolução) nada mais é do que o efeito, o resultado, o entrar em ação do respectivo mecanismo. Logo, a condição essencial e básica para a ocorrência ou para o fomento de um determinado processo de mudança pressupõe o acionamento do mecanismo correspondente.

Considerando a possibilidade de se fazer alguns paralelos entre a dimensão biótica e a dimensão social, pode-se comparar, por exemplo, aquilo que o modelo de Heidemann (1993) configura como indivíduo a uma organização isolada e população a um conjunto de organizações sociais. Segundo este modelo, todo processo de mudanças que se resume num aumento quantitativo daquilo que já existe (seja uma máquina do mesmo tipo numa empresa, seja uma empresa do mesmo tipo numa cidade), configura um processo de crescimento. Já o conceito de desenvolvimento é reservado exclusivamente para identificar os processos de mudança qualitativa no âmbito individual da organização, ou seja, o desenvolvimento ocorre quando essa entidade passa a ter uma capacidade qualitativamente diferenciada em relação a sua condição anterior. E, finalmente, o conceito de evolução identifica processos qualitativos de mudança (melhorias) no contexto de coletividades.

Por analogia poderíamos pressupor que tanto o crescimento de uns quanto o de outros só é concebível quando os respectivos mecanismos são acionados, isto é, não há crescimento sem que estejam presentes e atuantes as condições de apropriação ou incorporação. Da mesma forma, a assimilação e a adaptação são fatores essenciais ao desenvolvimento de indivíduos ou organizações, assim como a escolha e a mudança são de importância capital para que haja evolução de populações ou coletividades.

Em diversos sentidos se observa uma correlação entre os processos de crescimento, desenvolvimento e evolução, mas a diferenciação estabelecida no mundo biótico comprova que atribuir a ocorrência destas mudanças a um mecanismo único, simplificado, é uma conclusão precipitada. A observação destas diferenciações é extremamente importante não apenas quando se objetiva descrever processos de mudança, mas, sobretudo, quando se pretende influenciar esses processos, seja no mundo biótico, seja no contexto social.

Com base no exposto podemos concluir que no contexto social a discussão e a formulação de estratégias ou políticas de crescimento, desenvolvimento ou evolução têm como pressuposto básico a definição precisa daquilo que se entende em cada caso. Enquanto não ocorrer esta explicitação conceitual, toda e qualquer ação pode ser apresentada como uma contribuição ao desenvolvimento socioeconômico sem correr o risco de ser refutada e independente de sua real contribuição para a melhoria das condições de vida de indivíduos ou populações. Não é difícil imaginar que neste cenário de indefinições e imprecisões ocorram absurdos, utopias e ações totalmente inócuas, mesmo que muitas vezes se pareçam com processos de desenvolvimento, crescimento ou evolução.

Conclui-se, assim, que o desenvolvimento socioeconômico, um termo que muitas vezes é utilizado como sinônimo coletivo de crescimento e de evolução, ou também como um processo de mudanças subentendido automaticamente em suas mais diversas concepções e conotações, só ocorre quando os mecanismos de apropriação e incorporação, de assimilação e adaptação, de escolha e mudança estão presentes e são acionados.

Como é possível, no entanto, constatar se realmente ocorreu um processo de desenvolvimento socioeconômico, entendido aqui como melhoria quantitativa e qualitativa das condições de vida de indivíduos e sociedades? Ora, é evidente que qualquer política ou estratégia de desenvolvimento social e econômico precisa definir de antemão três aspectos fundamentais: as características, a dimensão e o prazo em que estas mudanças pretendidas deverão se realizar. A avaliação das políticas de desenvolvimento e do desempenho dos responsáveis por sua implementação passa, indubitavelmente, pela observação desses parâmetros.

Além disso, podemos extrair do exposto até aqui que os processos de desenvolvimento social e econômico que se referem exclusivamente às mudanças quantitativas estão fadados ao esgotamento, pela dimensão finita de recursos naturais existentes em nosso planeta. Apesar de

todos os avanços genéticos e técnicos que a humanidade tem experimentado, a característica deste ramo do processo de mudanças é a insustentabilidade. Aqui faz sentido lembrar das palavras do célebre líder indiano Gandhi (apud Lisboa, 1995, p. 8): “o que existe no mundo é suficiente para satisfazer as necessidades de todos, porém não a cobiça de alguns”. Já aos processos de mudança social e econômica que preconizam aspectos qualitativos estão garantidos enormes campos de ação; é absolutamente necessário buscar avanços neste sentido.

Por fim, é necessário considerar que, se por um lado o desenvolvimento social e econômico de determinadas sociedades ou regiões pode ser creditado a uma série de estratégias, políticas e mecanismos implementados com sucesso, por outro o desenvolvimento socioeconômico também é, em boa parte, consequência de uma série de coincidências favoráveis que ocorrem de forma aleatória, desordenada e abundante num determinado espaço físico e intervalo temporal, como comprovam inúmeros exemplos da dimensão biótica e abiótica.

Referências

- BOISIER, S. Desarrollo (Local): De Qué Estamos Hablando? In: BECKER, Dinizar Ferminiano; BANDEIRA, Pedro da Silveira. *Desenvolvimento Local/Regional – Determinantes e Desafios Contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, vol. 1, p. 151-185, 2000.
- BRASSEUL, J. *Introduction à l'économie du développement*. Paris, 1989.
- BRUNDLAND, G. H. *Nosso futuro comum*. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. ONU. Nova York, 1987.
- CAIDEN, G. E.; CARAVANTES, G. R. *Reconsideração do conceito de desenvolvimento*. Caxias do Sul, 1985.
- COY, M.; KOHLHEPP, G. Nachhaltige Entwicklung. In: SCHOLZ, F.; KOOP, K. (Ed.). *Rundbrief Geographie*. Caderno n. 149, p. 29-30, 1998.
- DONOVAN, R. J. *Conflict and crisis*. The presidency of Harry S. Truman (1945-1948). New York, 1977.

- DONOVAN, R. J. *Tumultuous years. The presidency of Harry S. Truman (1949-1953)*. New York, 1982.
- FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. São Paulo, 1983.
- GOUSSAULT, Y.; GUICHAOUA, A. *Sciences sociales et development*. Paris, 1993.
- HEIDEMANN, C. *Die Entwicklungsvokabel – Redenschmuck oder Gedankenstütze?* Diskussionspapier Nr. 23. Institut für Regionalwissenschaft der Universität Karlsruhe. Karlsruhe, 1993.
- KIRKENDALL, R. S. *The Harry Spencer Truman Encyclopedia*. Boston, 1989.
- LATOUCHE, S. *A ocidentalização do Mundo*. Petrópolis, 1994.
- LISBOA, A. M. *Desenvolvimento. Uma idéia subdesenvolvida*. Florianópolis: CNM/UFSC, 1995. [manuscrito].
- MENZEL, U. *Geschichte der Entwicklungstheorie*. Einführung und systematische Biblio-graphie. 3. nochmals überarbeitete, erweiterte und aktualisierte Auflage. Hamburgo, 1995.
- NOHLEN, D.; NUSCHELER, F. *Handbuch der Dritten Welt. Band 1: Grundprobleme, Theorien, Strategien*. 1., durchgesehener Nachdruck der 3. Auflage. Bonn, 1993.
- NUSCHELER, F. *Lern- und Arbeitsbuch Entwicklungspolitik*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 1995.
- SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo, 1986.
- SACHS, W. *Dicionário do desenvolvimento*. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis, 2000.
- SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIEDENBERG D. R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. *REA – Revista de Estudos da Administração do DEAd* / Unijuí, ano 2, n. 3: julho-dezembro 2001, p. 5-10. Ijuí, 2001.